

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ÂNGELA MARIA EIDELWEIN CARDOSO

**A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA DE ACESSO E
PERMANÊNCIA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**São Borja
2017**

ÂNGELA MARIA EIDELWEIN CARDOSO

**A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA DE ACESSO E
PERMANÊNCIA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini
Guilherme

**São Borja
2017**

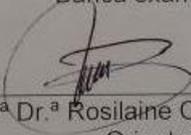
ÂNGELA MARIA EIDELWEIN CARDOSO

A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA DE ACESSO E
PERMANÊNCIA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

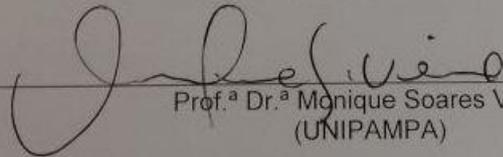
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 18 de dezembro de
2017.

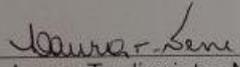
Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini Guilherme
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira
(UNIPAMPA)



Laura Tagliapietra Nenê
Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família
(Prefeitura Municipal de São Borja)

Dedico este trabalho ao meu esposo
Alcindo, meu maior incentivador!

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar este ciclo, quero agradecer primeiramente a Deus por permitir que eu tivesse saúde e disposição para enfrentar essa caminhada. Agradecer também às pessoas mais importantes na minha vida, que são meu filho Guilherme e minha filha Giovanna, que foram incansáveis em me auxiliar em tudo o que puderam. Essa conquista também é de vocês, obrigada pela paciência em aturar meu estresse, amo muito vocês, acima do infinito e além. Agradecer ao meu esposo Alcindo, por compreender a minha ausência mesmo estando ao seu lado, pelos passeios que deixou de fazer, pois eu tinha que estudar, por não me deixar desistir, te amo e quero estar ao seu lado assim como você está ao meu.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais, que sem eles eu não estaria aqui, obrigada pelo carinho e compreensão pela minha falta de tempo para vocês. Agradecer as (os) colegas que sempre foram parceiros nas horas de dificuldades, independente da hora em que pedi socorro. Também quero agradecer as minhas clientes fiéis que se adequaram aos meus horários me incentivando a concluir meu sonho de ter o ensino superior.

Agradecer aos professores que passaram todo o seu conhecimento, cada um tem um lugar especial em meu coração. A minha supervisora de campo no período do estágio, Laura T. Nenê, a qual contribuiu muito para o aprendizado das demandas cotidianas do profissional Assistente Social. Também não posso deixar de agradecer a minha orientadora Rosilaine C. Guilherme, pelos puxões de orelha e do sacode em cada encontro, obrigada por tudo, por acreditar em mim e me auxiliar nessa trajetória. E, por último e não menos importante, quero agradecer a minha amiga, colega, conselheira, companheira e uma irmã de coração Roberta Moreira, incansável e disponível em todas as horas que precisei, obrigada por fazer parte desses momentos e de outros mais que virão.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O referido Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, trazendo uma abordagem sobre a experiência de estágio na Central de Cadastro do CadÚnico e Gestão do Programa Bolsa Família – PBF, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS de São Borja – RS. Foi vivenciado durante o processo de estágio demandas que despertaram o interesse em compreender de que forma a socialização de informações contribui para a viabilização do acesso e permanência no PBF, com o objetivo de problematizar a importância da mesma para contribuir com o enfrentamento da pobreza extrema e da pobreza. Este estudo está fundamentado no método dialético-crítico através de pesquisa qualitativa, envolvendo fontes bibliográficas e documentais. Neste sentido, possui relevância na medida em que pauta importantes temáticas, as quais são articuladas à realidade concreta do município de São Borja/RS. Ao final do estudo é possível referir que há muito a ser feito para se alcançar o referido objetivo, já que a desinformação acerca do CadÚnico e do PBF é muito visível entre a população que não tem acesso às instituições que trabalham com a Política Nacional de Assistência Social.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Cadastro Único. Socialização de informações. Política de Assistência Social. Serviço Social.

RESUMEN

El referido Trabajo de Conclusión de Curso es un requisito para la obtención del título de Bachiller en Servicio Social, trayendo un abordaje sobre la experiencia de práctica en la Central de Catastro del CadÚnico y Gestión del Programa Bolsa Familia - PBF, junto a la Secretaría Municipal de Desarrollo - Social - SMDS de San Borja - RS. Fue vivido durante el proceso de prácticas demandas que despertaron el interés en comprender de qué forma la socialización de informaciones contribuye a la viabilización del acceso y permanencia en el PBF, con el objetivo de problematizar la importancia de la misma para contribuir con el enfrentamiento de la pobreza extrema y, de la pobreza. Este estudio está fundamentado en el método dialéctico-crítico a través de investigación cualitativa, involucrando fuentes bibliográficas y documentales. En ese sentido, tiene relevancia en la medida en que pauta importantes temáticas, las cuales se articulan la realidad concreta del municipio de São Borja -RS. Al final del estudio es posible referir que hay mucho que hacer para alcanzar dicho objetivo, ya que la desinformación acerca del CadÚnico y del PBF es muy visible en las instituciones que trabajan con la Política Nacional de Asistencia Social.

Palabras clave: Programa Bolsa familiar. Registro Único. Socialización de Informaciones. Política de Asistencia Social. Servicio Social.

.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
BSP – Benefício Variável para a Superação da Pobreza Extrema
BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID JOVEM – Identidade Jovem
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MS – Ministério da Saúde
NASF – Núcleo de Assistência Social à Família
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNGRM – Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC - Programas de Transferência de Renda Condicionada

RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena

RG – Registro Geral (Carteira de Identidade)

SISC – Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	21
2.1 Breve resgate histórico dos programas de transferência de renda no Brasil: o Programa Bolsa Família	21
2.2 Cadastro Único como ferramenta de acesso aos programas de transferência de renda.....	32
3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DO CADÚNICO.....	38
3.1 A Política Nacional de Assistência Social.....	39
3.2 A socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta de acesso ao Programa Bolsa Família	45
4 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO JUNTO À CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	49
4.1 A realidade institucional no campo de estágio: o Serviço Social na Gestão do PBF.....	49
4.2 Projeto de Intervenção: a informação como instrumento de acesso e permanência no Programa Bolsa Família	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema o Programa Bolsa Família (PBF) e suas ferramentas de acesso, especificamente o Cadastro Único (CadÚnico). Este TCC se estrutura nas experiências construídas no processo de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O estágio I foi realizado no período de 29 de setembro a 09 de dezembro de 2016, e o estágio II de 17 de março a 30 de junho de 2017, realizado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMDS), na central de Cadastro Único na gestão do Programa Bolsa Família, no município de São Borja/RS. A partir dessa inserção, o problema que norteou este estudo vislumbra responder o seguinte questionamento: “De que forma a socialização de informações contribui para a viabilização do acesso e permanência ao Programa Bolsa Família?”. Nesse sentido, utilizaram-se questões norteadoras elencadas da seguinte maneira:

- Como se configura a trajetória histórica da implementação do CadÚnico e do Programa Bolsa Família?

- Quais são as ações específicas sobre a socialização de informações acerca do CadÚnico no âmbito da política de Assistência Social?

- Como a experiência de estágio junto à central de Cadastro Único, na gestão do Programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de São Borja/RS, contribuiu para a socialização de informações acerca do CadÚnico?

O objetivo geral visa problematizar a importância da socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta para a viabilização do acesso ao Programa Bolsa Família, a fim de contribuir com o enfrentamento da extrema pobreza e pobreza. Nesse contexto, os objetivos específicos estão elencados em:

- Apresentar um breve resgate histórico sobre a trajetória da implementação do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, visando destacar sua relevância social.

- Refletir sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, de forma que contemple seus objetivos e evidencie a importância da socialização de informações acerca do CadÚnico para o acesso às Políticas de Assistência Social no Brasil.

- Relatar a experiência de estágio junto à Central do CadÚnico, gestão do Programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, no município de São Borja/RS.

O Programa Bolsa Família - PBF é um Programa de Transferência de Renda Condicionada - PTRC que beneficia famílias em situação de pobreza extrema e pobreza, e tem o objetivo de combater a fome e a pobreza, bem como diminuir as desigualdades sociais. Segundo Silva (2014, p. 23) o Programa Bolsa Família visa transformar socialmente, economicamente e culturalmente uma diversidade de realidades, através da ampliação de transferência de renda “os Programas de Transferência de Renda Condicionada - PTRC, como são chamados, contudo, são saudados como nova forma de política social destinada ao combate a pobreza”.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família tem como público alvo famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o que é distinguido conforme a renda per capita das famílias, a qual é definida segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) da seguinte forma: extrema pobreza as famílias com renda per capita de até R\$ 85,00; e pobreza as famílias com renda de R\$ 85,01 até R\$ 170,00, desde que façam parte da mesma, crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (BRASIL, 2015 a).

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta sua justificativa ao encontro da realidade social existente no município de São Borja/RS, e propõe-se problematizar a importância da socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta para a viabilização do acesso e permanência no Programa Bolsa Família, a fim de contribuir com o enfrentamento da extrema pobreza e pobreza.

A relevância social do presente estudo carrega a necessidade de fomentar a socialização de informações para um número maior de famílias, com vistas a ampliar o acesso e a permanência ao Programa Bolsa Família e, assim, promover o enfrentamento da extrema pobreza no município. E, se possível, oferecer subsídios para implementação de projetos que atendam as expectativas tanto dos profissionais que atuam no Programa Bolsa Família, bem como atender aos anseios dos usuários sobre os programas de transferência de renda presentes no município de São Borja/RS. Por outro lado, há de se levar em consideração as contradições da atual conjuntura de desmonte dos direitos sociais em curso no Brasil, o que gera impactos em nível municipal no que se refere ao empenho e execução de orçamento público para a viabilização das políticas sociais. A relevância para a categoria

profissional está no conhecimento mais detalhado das políticas públicas de Assistência Social, no âmbito da erradicação da pobreza e da extrema pobreza, através dos programas de transferência de renda do Governo Federal junto à gestão dos mesmos.

Compreendendo o Serviço Social dentro da Central do CadÚnico e gestão do Programa Bolsa Família, identificam-se as contribuições de uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, o assistente social é um trabalhador assalariado e tem como objeto de seu trabalho a Questão Social, considerada por lamamoto (2012, p. 27) como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”.

Deste modo, a intencionalidade de seu trabalho está pautada no desvelamento das expressões da questão social. Este processo se dá, segundo lamamoto (2012, p. 28), ao “captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano”, pois atua diretamente com expressões de vulnerabilidade social, ou seja, com uma significativa parcela da sociedade civil em que mais se manifestam as expressões de desigualdades oriundas da questão social, possibilitando, por outro lado, a resistência através do acesso à redistribuição de renda, como um direito social.

Assim, a profissão demonstra seu papel interventivo através do conhecimento ao que se refere ao que é direito, segundo lamamoto (2012, p. 23) a “constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende [...] de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social” e, desta forma, deixa de se apresentar como mero assistencialismo. Na medida em que o profissional prepara-se para a aproximação com as demandas que lhe são apresentadas na rede de proteção social focalizadas em transferências monetárias, desta forma, elucida Silva (2014, p. 39), “assiste-se a uma mudança no padrão de regulação econômica em direção a uma maior intervenção do Estado na economia”.

Visando compreender a realidade, o profissional de Serviço Social deve estar inserido em canais de formação continuada que, segundo lamamoto (2012, p. 277) engendra-se na proposta de formação profissional, que “concentram um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração”. E, através da preparação durante a sua graduação e pós-graduação, onde ele deverá se apropriar do máximo de conhecimento teórico-metodológico, que se configura como um processo investigativo e interventivo. Essas vinculações teórico-metodológicas

compreendem, segundo Iamamoto (2012, p. 268), o espaço sócio-ocupacional do assistente social, “ao nível das condições de trabalho, das demandas apresentadas, das funções desempenhadas, das propostas de trabalho do Serviço Social e da qualificação exigida”. Deste modo, estas questões tornam-se pertinentes no processo de desvelamento das expressões da questão social, bem como, nas manifestações na vida dos sujeitos.

Sendo assim, o profissional de Serviço Social compreende as contradições presentes no modo de produção capitalista, que, por sua vez, interferem diretamente no direito de acesso a bens e serviços que deveriam ser de obrigação do Estado. Neste sentido, Behring (2008, p. 198) expõe que existe “a maior expressão de uma possível inadequação desse viés liberal-reformista, se a referência é alguma radicalização da democracia com redistribuição de renda”. Desta forma, o profissional de Serviço Social visa promover o acesso e o usufruto pelos usuários dos direitos sociais, os quais se materializam por meio das políticas públicas, de forma emancipadora, buscando a superação da demanda aparente, e assim não se tornar um profissional alienado e que caia no fatalismo e no messianismo

O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedades e do poder, que são o verso da violência da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais á questão social (IAMAMOTO, 2012, p. 59).

No que se refere à vinculação do assistente social com a instituição Central de Cadastro Único, na gestão do programa Bolsa Família, percebe-se a relação de compra e venda de sua força de trabalho. Segundo Iamamoto (2012, p. 22), é necessário compreender o trabalho do assistente social como parte dos tensionamentos presentes na sociedade capitalista contemporânea, ou seja, “é entender a profissão hoje como um tipo de trabalho na sociedade, desta forma, é necessário considerar a flexibilidade que a categoria trabalho se insere”. Segundo Silva (2014, p. 39):

Impõe o seu redimensionamento do seu aparato produtivo e administrativo em direção ao aprofundamento da tendência à burocratização inaugurada na origem do Estado Moderno e à incorporação do padrão fordista de massificação e padronização da produção na oferta de bens e serviços públicos.

Ao iniciar aproximações com a realidade dos usuários, o assistente social irá dispor, segundo Türck (2012, p. 14), “de instrumental qualitativo, que se compõe pelos instrumentos e pelas técnicas organicamente articuladas como unidade dialética e se constitui como estratégia metodológica”, ou seja, o profissional pode inicialmente optar por fazer uma entrevista, depois visitas domiciliares ou outras estratégias que este profissional julgar necessário. Segundo Türck (2012, p. 14):

Criatividade, subjetividade, habilidade e intencionalidade pode construir a intervenção profissional, por exemplo, se o seu objeto de demanda for habitação, o profissional assistente social não irá deparar-se somente com a precariedade na habitação, mas sim com outras demandas como desemprego, saúde, alimentação, analfabetismo, entre outras, e o profissional deve ter uma postura crítica durante o processo de intervenção, possibilitando o desvendamento da demanda aparente.

Então, diante das demandas desveladas no cotidiano da gestão do Programa Bolsa Família do município de São Borja, tais como na área habitacional, em épocas de enchente, visto que este é um fenômeno natural devido às chuvas em excesso, as quais interferem no nível do Rio Uruguai no município de São Borja/RS. Há demandas também em relação à evasão escolar, atualização cadastral e manifestações de denúncia via Ministério Público, como denúncias de irregularidades, estas que são averiguadas através do CPF, ou a criança ou adolescente beneficiada pelo PBF não reside mais com o responsável pelo núcleo familiar, entre outras, o profissional de Serviço Social terá que reelaborar o seu objeto de intervenção.

Ressalta-se no processo de trabalho do assistente social a importância de não se deter na demanda aparente e sim ir a fundo e entender que a questão social está sempre relacionada e interligada às relações sociais, culturais e econômicas da sociedade capitalista, pois, segundo Türck (2012 p. 15), “é nesse movimento que a contradição se materializa” no trabalho do assistente social. Assim, é a partir do entendimento de seu objeto genérico que o assistente social deve juntamente com seu papel informativo junto ao usuário indicar o caminho e gerar processos

emancipatórios através da implementação e ampliação das políticas sociais, pautando uma organização coletiva e assim construir a cidadania plena e a emancipação humana.

Importante ressaltar que esse processo de compreensão se dá através da apreensão da profissão na sociedade brasileira e sua vinculação com a teoria marxista, que possibilita que a formação profissional seja crítica, segundo Iamamoto (2012, p. 57) busca “analisar como o serviço social se formou e se desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade”. Conforme Türck (2012, p. 10), “esse novo fio condutor implicou em trazer o Serviço Social como base de seu conhecimento a teoria social crítica de Marx, que dá sustentação aos seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos”, e constroem-se instrumentos que propiciem a apropriação de elementos do cotidiano dos sujeitos, tais como visitas domiciliares, abordagem com as famílias e outras técnicas, estratégias ou meios que o profissional achar necessário e cabível para realizar a máxima aproximação com a realidade do sujeito articulada com as expressões da questão social que permeiam o seu cotidiano. No desenvolvimento do seu projeto profissional, o assistente social terá que adequar através de sua base teórico-metodológica na execução de seu trabalho dentro das demandas ofertadas pela instituição.

Dando seguimento a construção deste trabalho de conclusão de curso, será explanado sobre o método dialético crítico. A dialética, na definição de Minayo (2008, p. 24), trabalha com a valorização “das quantidades e das qualidades, com as contradições intrínsecas as ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre as partes e o todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos”. No que se refere ao materialismo histórico, o qual foi escolhido para o desenvolvimento do presente estudo, enunciado por Marx (1974, p 154), o qual considera a produção dos bens materiais necessários “à existência dos homens e a estrutura econômica da sociedade como a força principal que determina toda a vida social dos homens e condiciona a transição de um regime social a outro”. Caracteriza-se a vida em sociedade e suas transformações, portanto, o método dialético-crítico e o materialismo histórico buscam a apreensão dos processos e das relações sociais da realidade. Através das categorias centrais totalidade, a historicidade e a contradição, as quais são categorias indissociáveis entre si e relacionadas à condição humana, a realidade está em constante transformação.

Marx (1974) apropria-se das categorias que emanam da realidade e as utiliza para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática. Conforme Prates (2012) é de fundamental importância dar visibilidade às contradições inclusivas que permeiam as transformações ocorridas nesta trajetória, resultando em múltiplas determinações, cuja análise interconectada eleva a possibilidade de constituir sentidos e explicações à realidade, condição esta que não é suficiente, mas primordial em sua transformação.

A dialética é de suma importância para análise da realidade, pois parte do seu próprio movimento, visando não somente conhecer e interpretar, e sim promover sua transformação, e com isso proporcionar o melhor caminho na aproximação com a realidade apresentada através das particularidades e singularidades de cada sujeito. Portanto, no método dialético-crítico não há o esgotamento de respostas, ao mesmo tempo em que ele pergunta ele cria respostas, afirmação e negação, através do seu processo de busca incessante pelo real, por meio de suas categorias totalidade, historicidade e contradição

Categorias metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o pesquisador trabalha o seu objeto. Se ele o toma em sua totalidade, então esta é uma categoria metodológica. Se ele contextualiza seu objeto, então estará respeitando a categoria metodológica de historicidade. E se ele optar pelo estudo de seu objeto na relação que se estabelece em seu pensamento, entre os aspectos pelos quais tomou esse objeto, e verificar que as relações assim estudadas se apresentam numa relação de tensão, então terá chegado à dialética, que é uma concepção que tem nessas categorias metodológicas as suas leis principais: a contradição, a totalidade, a historicidade (WACHOWICZ, 2001, p. 05)

A totalidade, usada como categoria na análise da realidade deste trabalho, permite desvelar a realidade do sujeito dentro do espaço em que está inserido, entendido de forma total sem fragmentá-la. Deste modo, Konder (2004, p. 37) exemplifica que “a totalidade é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada”. Entende-se este processo de forma significativa, ou seja, a visão de conjunto proporciona é chamada de totalidade. E a contradição, tida como o motor propulsor no movimento da realidade. A historicidade é algo indispensável para entender os processos sociais, já que considera que o real é fruto de uma construção

determinada, compreendida através da realidade concreta, como exemplifica Triviños (2007, p. 69):

No desenvolvimento existem elementos chamados contrários. Estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não pode existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado. E, por outro lado, todos sabemos que essa classe social privilegiada é proprietária dos meios de produção. Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários.

A historicidade se apresenta como indispensável para entender os fenômenos humanos sociais, já que considera que o real é fruto de uma construção determinada. Desta forma, para Marx (1974), a historicidade permeia os processos instituídos pelos sujeitos, tocante a sua temporalidade, desta forma é compreendida através da realidade concreta, pois busca junto à história do fenômeno as suas origens. Para Türck (2012, p. 9), o método dialético-crítico não pode ser compreendido como uma receita a ser seguida e aplicada na realidade social sem suas devidas mediações, mas serve para “compreender e se apropriar do conhecimento das relações engendradas na origem da sociedade capitalista”. Desta forma, as categorias centrais na articulação da totalidade em sua complexidade, possibilitando a passagem da imediatez para a mediaticidade.

Para tanto, este trabalho constitui-se de uma pesquisa qualitativa, envolvendo levantamento baseado em fontes bibliográficas e documentais. Onde foram utilizados artigos, capítulos de livros no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, documentos de estágio como o relatório final de estágio II e projeto de intervenção.

Este processo de construção teórica buscará problematizar através da reflexão sobre a importância da socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta para a viabilização do acesso ao Programa Bolsa Família. No âmbito das fontes documentais se utilizou, em especial, o material construído no processo de Estágio Supervisionado Curricular obrigatório em Serviço Social I e II.

O trabalho está elencado em quatro capítulos distintos, onde o primeiro capítulo versará sobre a disposição do mesmo, evidenciando a metodologia e método utilizados, bem como traz um breve recorte da instituição onde foi realizado o estudo. O segundo capítulo abordará a trajetória de implementação dos programas de transferência de renda no Brasil, em específico o Programa Bolsa Família e o

CadÚnico, abarcando breve resgate histórico deste programa de transferência de renda no Brasil e o CadÚnico como ferramenta de acesso para estes programas.

No terceiro capítulo será evidenciada uma breve trajetória de implementação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil e a socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta de acesso ao Programa Bolsa Família. Já o quarto capítulo realizará o relato da experiência de estágio junto à referida instituição, abordando brevemente a realidade institucional e como o Serviço Social se insere na gestão do PBF. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, destacando algumas reflexões decorrentes do desenvolvimento do presente estudo.

2 A TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um breve resgate histórico sobre a trajetória do surgimento dos Programas de Transferência de Renda Mínima no Brasil, necessária para subsistência dos indivíduos ou famílias em situação de pobreza extrema e pobreza no Brasil, enfatizando o Cadastro Único – CadÚnico. Para tanto, será abordado o surgimento das primeiras iniciativas de transferência de renda até a implementação do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, visando destacar sua relevância social. Isso significa que, por meio dessa breve análise do contexto histórico, tem-se como propósito explicitar a importância de Programas de Transferência de Renda para a inclusão social dessas famílias e indivíduos, embora se reconheça que se trata de uma política focalizada na extrema pobreza, além do caráter seletivo e emergencial.

2.1 Breve resgate histórico dos programas de transferência de renda no Brasil: o Programa Bolsa Família

No livro “A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda”, o qual trata do contexto histórico sobre o surgimento dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, os autores Silva, Yazbek, Giovanni (2011), apoiados na produção de Antônio Maria da Silveira que já vinha discutindo desde 1975 a respeito de um programa de renda mínima, referem que a economia brasileira através de sua estruturação não atendia às necessidades de sobrevivência de todos, pois não se verificava uma relação adequada entre o crescimento econômico e o bem-estar, mesmo entre os indivíduos que estavam inseridos no mercado de trabalho.

Na opinião de Silva, Yazbek, Giovanni (2011), a proposta apresentada por Antônio Maria da Silveira visava à redução da pobreza e exigia a intervenção governamental que iria direcionar a renda para indivíduos pobres, iniciando pelos mais idosos até chegar aos mais jovens. Os autores ainda mencionam que, logo após, foi apresentado por Bacha e Unger (1978 apud SILVA, YAZBEK, GIOVANNI,

2011, p. 96) um projeto de democracia para o Brasil, o qual destacava a “importância da redistribuição da renda como condição para a sobrevivência da democracia política. a qual requer um limite de desigualdade e miséria”. Os autores ainda referem que estas duas propostas influenciaram substancialmente o senador Eduardo Suplicy na criação do Projeto de Lei n. 80/91, o qual tinha como base a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima para o Brasil.

No decorrer histórico do desenvolvimento político nacional, Eduardo Suplicy (2013) relata em seu livro “Renda de Cidadania: a saída é pela porta”, que foi em 1990, após ser eleito senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que deu continuidade à ideia de criação de um Programa de Transferência de Renda Mínima para a sobrevivência da população brasileira que se encontrasse em situação de pobreza. O Projeto de Lei nº 80/1991 foi instituído através de uma proposta criada pelo Senador Eduardo Suplicy, o qual visava uma Renda Mínima de subsistência aos cidadãos mais necessitados:

Instituíria o Programa Nacional de Renda Mínima – PNGRM – que beneficiaria, sob a forma de imposto de renda negativo, todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos que auferiam rendimentos brutos mensais inferiores a CR\$ 45.000,00, que correspondiam a 2,5 vezes o salário mínimo da época. O imposto de renda negativo correspondia a 50% da diferença entre aquele patamar e a renda da pessoa, no caso de a pessoa estar trabalhando, e 30% no caso de estar tendo rendimento nulo ou não estar exercendo atividade remunerada (SUPLICY, 2013, p. 171).

A proposta inicial do Projeto era de que seriam beneficiados primeiro os idosos, e isso se dariam através da inserção ao longo de oito anos com início em 1993, ou seja, “em 1993 para maiores de 60 anos; em 1994 para os de 55 anos ou mais; e assim por diante, até que no ano 2000 todas as pessoas com 25 anos ou mais fossem beneficiadas” (SUPLICY, 2013, p. 172). O referido Projeto de Lei foi aprovado pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 1991, segundo o qual todo cidadão com idade acima de 25 anos com renda mensal inferior a R\$ 400,00, baseado em valores de 2001, “passaria a ter o direito de receber um complemento na forma de imposto de renda negativo, equivalente a 30% da diferença entre aquela quantia e a renda da pessoa” (SUPLICY, 2013, p.172).

Na opinião de Silva, Yazbek e Giovanni (2011), o Projeto de Lei nº 80/1991 foi aprovado durante um cenário da maior crise econômica, onde o governo estava com as atenções voltadas para o combate à inflação que crescia sem controle e aos

problemas decorrentes do crescimento da dívida externa. Neste sentido, não havendo espaço para a redistribuição de renda, bem como a implementação de uma política de enfrentamento e combate à pobreza, a qual era percebida como “mera decorrência da estabilidade da moeda e do crescimento da economia” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 97).

Nesse sentido, os referidos autores ainda destacam que no ano de 1992 essa conjuntura passa a se alterar após a instituição do Movimento Ética na Política, o qual levou ao impeachment do então presidente da República, Fernando Collor. Com isso, a temática da fome e da pobreza passa a fazer parte da agenda pública. Nesse cenário, vem se destacar a Campanha Nacional da Ação e Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida que foi liderada pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, a qual ficou conhecida como Campanha da Fome, sendo incorporada em 1993 pelo governo Itamar Franco, intitulada Plano de Combate à Fome e à Miséria.

Por conseguinte, Silva, Yazbek, Giovanni (2011) relatam que é em 1991 que os debates sobre a Renda Mínima começam a ganhar um novo impulso, pois se percebeu a necessidade de articulação da educação com a transferência monetária, já que muitas famílias por falta de condições financeiras encontravam-se com dificuldades de garantir o acesso à escola para os seus filhos, o que refletia em um ciclo vicioso, fazendo com que a pobreza de hoje refletisse na pobreza do futuro. Assim, “a compensação financeira para as famílias pobres permitirem a ida de seus filhos à escola seria o mecanismo de rompimento desse ciclo” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 97-98).

Os referidos autores ainda mencionam que foi a partir desta perspectiva que em 1995 se iniciou o debate sobre mudanças no Programa de Transferência de Renda Mínima, ocorrendo a vinculação de transferência monetária com a educação, e assim romper com o assistencialismo. Passando a ter a família como unidade beneficiária, bem como ser obrigatória a inserção e frequência escolar na rede de ensino pelas crianças em idade escolar. Este modelo foi desenvolvido a título de experiência no Estado de São Paulo, nos municípios de Campinas, Santos e Ribeirão Preto, e também no Distrito Federal na capital Brasília. Então, a partir destas experiências, surgiram novas propostas e passaram a ser seguidas em outros municípios e estados brasileiros:

Além da formulação de propostas nacionais, expressando respostas de governos às pressões da sociedade para enfrentamento da pobreza. Neste contexto, a Política de Renda Mínima, ultrapassa o patamar de mera utopia, para se constituir numa alternativa concreta de política social (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 99).

Os referidos autores ainda deixam claro que é em 1995 durante o primeiro mandato do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que o Plano de Combate à Fome e à Miséria, criado por Itamar Franco, é substituído pelo Programa Comunidade Solidária. Este que foi concentrado somente em alguns municípios brasileiros considerados mais miseráveis, o qual conclamava a participação da sociedade civil no combate à pobreza. Para os autores, é durante o seu segundo mandato, precisamente em 2001, que FHC vislumbra o desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, “marcado pela proliferação de programas de iniciativa do Governo Federal, com implementação descentralizada em nível dos municípios” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 100). Ocorre então a transformação do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, como destacado no texto:

Entre estes, tem-se a transformação do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima – PNGRM, “para toda criança na escola”, em Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”, e a criação do Bolsa - Alimentação, entre outros, além da expansão dos programas, também nacionais instituídos em 1996 – Programa de Erradicação do trabalho Infantil e Benefício de Prestação Continuada (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 100).

Os Programas de Transferência de Renda vigentes neste momento político, o qual foi destacado pelos autores citados, eram o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, sendo instituído no ano de 2001 o Cadastro Único do Governo Federal, sendo que este permite ao governo conhecer a realidade de vida da população. O Programa Bolsa Escola foi sancionado através da Lei Ordinária nº 10.219, de 11 de abril de 2001, este era vinculado à educação, sendo que para o recebimento do mesmo era necessário que o núcleo familiar fosse composto por crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, matriculados na escola com frequência superior a 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2001 a). Outro programa criado pelo Governo Federal em 2001, através da Medida Provisória nº 2.206, de 6 de

setembro de 2001, intitulado Bolsa Alimentação, o qual era vinculado à saúde, esta que institui os seguintes artigos:

Art. 2º: O Programa destina-se à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação. Art.3º: Serão beneficiadas com o Programa as pessoas referidas no art. 2º, em risco nutricional, pertencentes a famílias com renda per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo, para cada exercício financeiro.§1: Crianças filhas de mães soropositivas para o HIV/AIDS poderão receber o benefício desde o seu nascimento (BRASIL, 2001 b, s/p).

Destaca-se que o Auxílio-Gás representa um dos auxílios disponibilizados no período, o qual foi instituído pelo Decreto n. 4.102 de 24 de janeiro de 2002, sendo que o seu objetivo envolve a garantia à família de baixa renda cadastrada para receber o valor do gás liquefeito de petróleo (BRASIL, 2002 a). Esses programas, no discurso do Governo Federal, passam a ser considerado sem precedentes em termos de abrangência na política social brasileira, o eixo central da implantação no país de uma “grande rede nacional de proteção social”, cogitando também a instituição de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros, sem restrição (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p.101).

O Bolsa Escola destinava-se às famílias que tivessem crianças de sete anos e adolescentes de até 14 anos matriculadas na escola, sendo que estes deveriam ter uma frequência de 100%, e a renda familiar não poderia ultrapassar $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, e também residir há no mínimo 5 anos no mesmo município (BRASIL, 2001 a). Segundo o livro Programa Alimentação Saudável: bolsa alimentação (BRASIL, 2002 b), o Bolsa Alimentação era vinculado à saúde e foi instituído por medida provisória que ditava:

O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde: “Bolsa Alimentação” instituído pela Medida Provisória n.º 2.206-1 de 6 de setembro de 2001, é um instrumento de participação financeira da União na complementação da renda familiar para melhoria da alimentação e destina-se à promoção da melhoria das condições de saúde e nutrição de 3,58 milhões de pessoas sendo 2,77 milhões de crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade e 803,0 mil mulheres gestantes e nutrizes (BRASIL, 2002 b, p. 5).

Segundo Brasil (2004 a), os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás foram criados durante o governo do presidente Fernando Henrique

Cardoso, os quais foram unificados através do decreto 5.209 de 17/09/2004, dando origem ao Bolsa Família na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Silva, Yazbek, Giovanni (2011) ainda ressaltam que foi em julho de 2003 que se deu início ao processo para a unificação dos quatro programas nacionais de transferência de renda, sendo o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão-Alimentação, tendo sua implementação em outubro de 2003, o qual foi então denominado Programa Bolsa Família. Esta unificação consolidou-se em outubro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva cria o Programa Bolsa Família através da Medida Provisória 132, em 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 09 de janeiro de 2004, Lei Federal n. 10.836, o qual possui três eixos principais que são: complemento de renda, o acesso aos direitos e a articulação com outras ações (BRASIL, 2004 a).

Conseqüentemente, é em 2003 o marco do desenvolvimento histórico dos Programas de Renda Mínima no país. É no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu mandato que ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas, o que levou o novo governo ao rumo da construção de uma nova Política Pública de Transferência de Renda com abrangência nacional, destacando-se a “indicação de prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, esta anunciada já no discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p.101).

Para Silva (2010), enquanto os programas de transferência de renda forem focalizados na pobreza e com exigências de cumprimento de condicionalidades para o acesso e permanência terá que se orientar em três pressupostos que são:

a) a transferência monetária direcionada às famílias pobres possibilita a complementação de renda dessas famílias permitindo a retirada de crianças e adolescentes da rua e de trabalhos precoces e penosos, para encaminhá-los à escola, o que contribui para interromper o círculo vicioso de reprodução da pobreza; b) a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes (educação, saúde e trabalho), direcionados às famílias pobres, constitui-se numa política de enfrentamento à pobreza e as desigualdades sociais e econômicas; c) as condicionalidades são consideradas contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, visando certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representando o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e inclusão social sustentável (SILVA, 2010, p. 22).

Partindo do pressuposto da situação econômica das famílias a serem atendidas pelo Programa Bolsa Família, têm-se dois tipos de situação econômica

delimitados: famílias em situação de pobreza extrema e pobreza, estas que são mensuradas através da renda *per capita* dos integrantes do núcleo familiar. Essas configuram o público alvo do Programa Bolsa Família, onde a *renda per capita* é o principal critério para o acesso e permanência. Delimita-se família em situação de pobreza extrema aquelas famílias com renda per capita de até R\$ 85,00 baseados nos valores de 2017, e em situação de pobreza as famílias com renda per capita a partir de R\$ 85,01 até R\$ 170,00.

A autora Yazbek (2012) aborda em seu artigo a pobreza como uma das manifestações da questão social, sendo esta uma expressão direta das relações na sociedade atual, localizada no âmbito das relações constitutivas do padrão de desenvolvimento capitalista, este que é marcado por extrema desigualdade na convivência entre acumulação e miséria

Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (YAZBEK, 2012, p. 289).

Nesse sentido, entende-se a questão social como a divisão da sociedade em classes, as quais disputam a riqueza, esta que é realizada de forma extremamente desigual, onde os extremamente pobres passam para a linha da pobreza e nada, além disso, enquanto os ricos passam a cada dia ser ainda mais ricos. É nesse contexto de erradicação da pobreza extrema que se insere o Programa Bolsa Família.

Com base no artigo de Silva (2007), o Programa Bolsa Família, criado através da medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, posteriormente transformada em Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, sendo este o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal. Este que consiste o principal programa de combate à fome e a pobreza no âmbito da Estratégia Fome Zero. O referido programa tem por objetivos:

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (SILVA, 2007, p.143).

A referida autora ainda destaca que para melhor estruturar o Programa Bolsa Família são lançadas as condicionalidades, as quais devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que o mesmo possa receber o benefício mensal. As condicionalidades são regulamentadas pela Portaria CM/MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005

Segundo os idealizadores do programa, essas condicionalidades representam contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e consequente inclusão social sustentável (SILVA, 2007, p. 143).

As condicionalidades para o acesso ao Programa Bolsa Família são vinculadas à educação e a saúde (BRASIL, 2015 a). As condicionalidades na área da educação inclui a matrícula de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos nas escolas, garantir a frequência mínima de 85% das crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos, bem como 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

Na área da saúde, as condicionalidades são desde a gravidez, ou seja, as grávidas devem fazer o pré-natal, frequentar as consultas no Posto de Saúde de seu bairro com o cartão de gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS). As grávidas e nutrizes também devem participar das atividades educativas sobre o aleitamento materno e promoção de alimentação saudável realizada pelas equipes de saúde. Os responsáveis por crianças menores de 07 anos devem manter atualizado o calendário de vacinação de acordo com as instruções do MS, bem como levar as crianças aos locais de campanhas de vacinação e ao posto de saúde com o cartão de saúde da criança para acompanhar o crescimento e desenvolvimento (BRASIL, 2015 a).

Segundo Guilherme (2016), a assistência aos pobres foi “secularmente associada ao esforço laboral, igualmente percorre variadas formas, mas mantém o princípio de que a ajuda somente é devida aos ‘pobres merecedores’ por intermédio

das virtudes e do cumprimento de condicionalidades” (GUILHERME, 2016, p. 34-35).

Ainda segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015 a), diz-se das famílias em vulnerabilidade social, termo este que está relacionado diretamente ao conceito de riscos, entendido no campo da proteção social como uma variedade de situações de risco como os naturais, ambientais, de saúde, sociais, ciclo da vida, econômicos, políticos (BRASIL, 2015 a).

Para Weissheimer (2010), o controle sobre o cumprimento das condicionalidades é um desafio que acompanha o Programa Bolsa Família desde a sua criação, e que para aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento foram tomadas algumas medidas institucionais, onde ocorreu a criação do “Fórum Intergovernamental e Intersectorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família” e aprovação do “Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (WEISSHEIMER, 2010, p. 37-38).

O referido autor ainda destaca que este aperfeiçoamento foi necessário devido à expansão do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que em 2010 eram cerca de 1,2 milhões de crianças e adolescentes incluídos, estes que passaram a ter acesso aos serviços básicos e universais. Weissheimer (2010) deixa claro que o sucesso no funcionamento do sistema de acompanhamento das condicionalidades depende principalmente do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), pois é através deste que se identifica a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil. “Suas informações viabilizam a seleção de beneficiários para programas sociais nas esferas dos governos federal, estadual e municipal” (WEISSHEIMER, 2010, p. 38).

O referido autor ainda detalha que a parceria entre MDS, estados e municípios é essencial para bom funcionamento do CadÚnico, onde as prefeituras são as responsáveis por gerir, efetuar e atualizar o cadastramento das famílias na base de dados do CadÚnico. Além disso, devem acompanhar o cumprimento das condicionalidades do benefício, “além de promover ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo e sustentável das famílias pobres do município” (WEISSHEIMER, 2010, p. 54).

É com base nas informações do CadÚnico que o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas, e “o controle social sobre o programa é realizado mediante a

constituição de Comissões Municipais Intersetoriais e paritárias” (WEISSHEIMER, 2010, p. 54). Por outro lado, na perspectiva crítica desenvolvida pela autora Magro (2012), as condicionalidades ao mesmo tempo são inclusivas e excludentes, por ter por base a renda per capita como indicativo da linha da pobreza extrema e pobreza, sendo mínima a diferença monetária entre ambos. Isto faz com que se mantenha a pobreza no nível necessário para medir o desenvolvimento social do país.

As condicionalidades impostas em nível de saúde e educação, apesar de registros positivos sobre a redução da pobreza e desigualdade de renda, os resultados são muito modestos em relação à superação da pobreza. Ou seja, os resultados são “modestos e não permitem inferir considerações acerca de uma superação sustentada da situação de pobreza nem demonstram expansão ou melhoria da qualidade dos serviços sociais universais e básicos em educação e saúde” (MAGRO, 2012, p. 205). A referida autora discorda das análises que consideram as condicionalidades um mero incentivo à demanda aos serviços de saúde e educação:

Pois embora o discurso tenha como base a universalização dos direitos sociais, o que se percebe de fato na exigência de tais contrapartidas é um reforço à perspectiva da focalização, mesmo porque o elo estabelecido entre os beneficiários e esses serviços sociais básicos é precário e insuficiente para se garantir bom desempenho escolar ou em saúde, necessitando ser complementado por uma melhora quantitativa e principalmente qualitativa da oferta (MAGRO, 2012, p. 205).

Deixando claro também que as condicionalidades ocultam seu real significado diante do reconhecimento como direitos:

Diante de tais premissas, pode-se considerar que estando as condicionalidades vinculadas a esses dois direitos reconhecidamente garantidores da dignidade da vida humana, a lógica da “cobrança” pelo recebimento do benefício torna-se ainda mais perversa, pois se atrela a questões fundamentais de cidadania e, assim, oculta-se o real significado por trás das mesmas, ou seja, dificulta o seu reconhecimento como direitos, o que acaba por reiterar a subalternização, numa reatualização da perspectiva conservadora de controle e manutenção da pobreza (MAGRO, 2012, p. 205).

Segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015 a), o valor que cada família irá receber vai depender dos tipos de requisitos que a mesma atende como, por exemplo: a renda per capita, composição familiar, número de crianças e adolescentes, jovens e se há mulheres grávidas e nutrizas. Os

benefícios estão definidos em Benefício Básico, Variável, Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e Benefício para a Superação da Pobreza Extrema (BSP). O Benefício Básico é destinado às famílias em situação de extrema pobreza, independente de ter crianças ou adolescentes na composição familiar. O Benefício Variável é concedido para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos, e cada família poderá receber até cinco benefícios variáveis.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) é concedido às famílias que tenham em suas composições jovens entre 16 e 17 anos, sendo que cada família poderá receber além dos cinco benefícios variáveis, até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente. Já o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP) é concedido às famílias com renda per capita igual ou inferior a R\$ 85,00, baseado nos valores do salário mínimo de 2017. Este benefício é concedido se mesmo após a família receber os Benefícios Básico, Variável e/ou BVJ, pois este é concedido para que se supere o valor da linha de extrema pobreza que é em valores atuais R\$ 85,00 de renda per capita.

O valor do Benefício Básico nos valores de 2017 é de R\$ 85,00, e o Benefício Variável é de R\$ 39,00, este é pago para cada gestante, nutriz ou criança de 0 a 15 anos, sendo o limite de até cinco crianças por família beneficiada. O valor do Benefício Variável para o adolescente entre 16 e 17 anos é de R\$ 46,00, sendo dois adolescentes por família. Estes benefícios são pagos mensalmente por prazo indeterminado, podendo variar de acordo com a composição familiar.

O Programa Bolsa Família é um programa cuja característica como a seletividade e a focalização na extrema pobreza e pobreza, ao privilegiar o critério da renda monetária do núcleo familiar para o acesso e permanência, muitas famílias que poderiam ser beneficiadas com estes programas sociais não estão aptas a acessar os mesmos, já que R\$ 0,01 centavo fazem a diferença na distinção entre extrema pobreza e pobreza. Ou seja, a margem de valor estipulado como critério de cálculo de renda não condiz com a realidade econômica, já que o valor recebido não é suficiente para suprir todas as necessidades da família em questão, pois dependendo da região em que se vive o valor não irá cobrir os mínimos necessários para a subsistência.

O Governo Federal deveria pensar em estratégias que levassem ao aumento de renda e não oferecer um complemento de renda temporário, devendo investir em

geração de emprego e renda, promovendo a erradicação da pobreza, não só mantê-la nos índices que medem o desenvolvimento social no país. Partindo da perspectiva crítica, não há como culpabilizar os sujeitos pela sua pobreza, visto que o fenômeno decorre do modo de produção capitalista, do conflito entre capital x trabalho, o que gera desigualdades sociais. Portanto, não adianta só termos as políticas sociais para amenizar a extrema pobreza, devemos sim lutar para a superação da mesma. Destaca-se para que isso ocorra há de se ponderar a superação do modo de produção capitalista, visto que a pobreza é inerente a esse modo de produção.

Desigualdades Sociais sempre existiram e existirão, o que se pode fazer é minimizar as manifestações extremas da pauperização, por meio de uma melhor distribuição dos produtos do trabalho desde que mantida intocada a distribuição dos meios de produzir e, portanto, as bases sociais em que se erige a sociedade de classes (IAMAMOTO, 2012, p, 25).

Importante referir que a pobreza configura uma expressão da questão social, sendo essa o objeto de trabalho do assistente social. Para a autora Iamamoto (2012, p. 28):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde na assistência social pública, etc. Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõe.

Portanto, o profissional do Serviço Social, o assistente social, tem como desafio trabalhar na perspectiva de enfrentamento das múltiplas expressões cotidianas da questão social na contemporaneidade visando à emancipação humana.

2.2 O Cadastro Único como ferramenta de acesso aos programas de transferência de renda

Conforme Decreto 3.877 de 24 de julho de 2001, foi criado o Cadastro Único pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, o qual foi

regulamentado pela portaria 376 de 16 de outubro de 2007, e pela portaria 376 de 16 de outubro de 2007. Essa dispõe:

Art. 1º O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal reger-se-á pelas disposições deste Decreto. Art. 2º O Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. § 1º A obrigatoriedade de utilização do CadÚnico não se aplica aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. § 2º Na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, definido pelo art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é facultada a utilização do CadÚnico, na forma estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. § 3º O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos (BRASIL, 2007, s/p).

O Cadastro Único do Governo Federal é a ferramenta usada na identificação e caracterização das famílias de baixa renda que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza, o que se é medido através da renda per capita das mesmas. São caracterizadas famílias em situação de extrema pobreza aquelas que possuem nos valores de 2017, renda per capita de até R\$ 85,00 e em situação de pobreza as com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00. Portanto, segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família:

É importante ressaltar que o cadastramento da família no Cadastro Único não significa sua entrada automática no PBF. O critério principal de seleção das famílias para o Bolsa Família é a sua renda per capita. As famílias com menor renda são as primeiras a serem incluídas no Programa (BRASIL, 2015 a, p.15).

O Cadastro Único auxilia o governo no melhor conhecimento da realidade socioeconômica da população cadastrada, já que não são todas as famílias que irão acessar o Programa Bolsa Família. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público. Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população (BRASIL, 2015 b, p.5).

O CadÚnico tornou-se, a partir de 2003, o principal instrumento para a verificação da situação socioeconômica das famílias e assim proceder a seleção para a inclusão destas nos programas sociais do Governo Federal: Programa Bolsa Família, Tarifa social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. É a porta de entrada para o acesso às várias políticas públicas (BRASIL, 2015 b). Segundo o Brasil (2015 b), a execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal - CEF é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único tem como objetivos:

Identificação e caracterização dos segmentos socialmente mais vulneráveis da população; Constituição de uma rede de promoção e proteção social que articule as políticas existentes nos territórios Instrumento de planejamento e implementação de políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda; Criação de indicadores que reflitam as várias dimensões de pobreza e vulnerabilidade nos diferentes territórios; Convergência de esforços para o atendimento prioritário das famílias em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2015 b, p. 10).

Estes objetivos são fundamentais para que o Cadastro Único possa ser um mapa que contribua com a identificação da parcela mais pobre e vulnerável no Brasil. Pois, segundo o MDS, este cadastro possibilita o conhecimento da realidade socioeconômica brasileira

Em 2001, por meio do Decreto nº 3.877, foi criado o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados como importantes estratégias de combate à pobreza no país (BRASIL, 2015 b, p.10).

Após a criação do Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, o qual tinha como objetivo integrar os programas nos quais anteriormente eram usados diferentes cadastros na identificação e seleção do

público alvo, dificultando assim a coordenação das ações, estas que acabavam se fragmentando e assim dificultavam o atendimento reduzindo, a eficiência dos mesmos:

A falta de integração das informações possibilitava o acúmulo de benefícios sem que houvesse a garantia da universalização do acesso para todos os que precisassem: uma mesma família podia ser beneficiária de dois ou três programas, ao passo que outras, em situação e localidades semelhantes, não contavam com nenhum apoio (BRASIL, 2015 b, p.10).

A criação do Cadastro Único em 2001 visava à integração dos programas e assim concentrar o atendimento a um público que possuísse as mesmas características e necessidades (BRASIL, 2015 b). Mas, esta integração não aconteceu de imediato, pois havia a necessidade de uma melhor definição de parâmetros de gestão, definição de público-alvo, regras e procedimentos para a coleta, atualização e manutenção dos dados alcançados. A consolidação do Cadastro Único só se deu em 2003

A consolidação do Cadastro Único como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda começou a se concretizar com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda condicionada existentes na época. A legislação do PBF definiu o Cadastro Único como instrumento de identificação e seleção de seus beneficiários (BRASIL, 2015 b, p.10).

O Cadastro Único não é um cadastro exclusivo para o acesso ao Programa Bolsa Família, muitas pessoas fazem o cadastro para poder acessar outros programas ofertados pelo Governo Federal, que são:

Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada; Tarifa Social de Energia Elétrica; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Carteira do Idoso; Programas de Cisternas; Pro Jovem Adolescente; Minha Casa Minha Vida e outros programas habitacionais; Isenção de taxa para concursos públicos; Programa Passe Livre (Ministério dos Transportes); Telefone Popular; Aposentadoria para pessoa de baixa renda; Programa Mais Educação; Água Para Todos; Programa Bolsa Estiagem (Auxílio Emergencial Financeiro); Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Identidade Jovem (ID Jovem); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 2015 b, p. 11-12).

Sendo obrigatória a utilização do Cadastro Único para o acesso aos Programas Sociais do Governo Federal, direcionados às pessoas de baixa renda,

bem como a atualização dos dados a cada dois anos, salvo alguma alteração durante este período como nascimento ou morte de integrante familiar, mudança de endereço, emprego, escola, exclusão de pessoa (BRASIL, 2015 b).

No município de São Borja/RS, conforme a Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (BRASIL, 2017 c), no mês de outubro do presente ano, há 2.099 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Equivalendo, aproximadamente, a 7,74% da população total do município, o número de famílias beneficiadas pelo PBF, incluindo 64 famílias estas que, sem o programa, estariam em situação de extrema pobreza. Neste mesmo mês foram transferidos R\$234.198,00 às famílias do Programa, sendo repassado o benefício médio de R\$111,58 por família. O repasse feito às famílias beneficiárias do programa interfere no Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o PIB municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78” (BRASIL, 2017 c, p. 01).

A cobertura do Programa Bolsa Família no município de São Borja é de 48,94% da estimativa de famílias pobres existentes no município, estando abaixo da meta de atendimento do programa (BRASIL, 2017 c.). Portanto, a gestão municipal deve focar em ações que promovam a localização das famílias com perfil para o programa para realização do cadastro, bem como as que necessitam a atualização cadastral para que não tenham o benefício cancelado.

É neste momento que a gestão municipal deve pensar nas estratégias como a busca ativa e mutirões, além da convocação do MDS via correio para que as famílias se dirijam até a central de cadastro para realizar a atualização dos mesmos (BRASIL, 2017 c). Uma das estratégias usadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS é a Busca Ativa, a qual possibilita perceber a localização das famílias, bem como poderá ser efetuado a inclusão e ou a atualização no Cadastro Único das famílias extremamente pobres, e com isso poder realizar o encaminhamento das mesmas aos serviços da rede de proteção social.

Segundo o MDS (BRASIL, 2017 a), são usadas para o desenvolvimento da Busca Ativa três estratégias. No primeiro momento é realizada a Busca Ativa para localização das famílias extremamente pobres e assim realizar a inclusão no Cadastro Único e também manter suas informações sempre atualizadas. Depois de realizada esta primeira etapa, a Busca Ativa segue em frente partindo para o encaminhamento das famílias que estão dentro dos critérios de elegibilidade para o

acesso aos benefícios como inclusão no Programa Bolsa Família, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Benefício de Prestação Continuada, entre outros. E, por último, mas não menos importante que as estratégias anteriores, ocorre a Busca Ativa para a obtenção de acesso aos serviços, onde o Estado assegura que “as famílias extremamente pobres tenham acesso aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros” (BRASIL, 2017 a, s/p).

O Ministério do Desenvolvimento Social administra em parceria com outros ministérios, estados e municípios a Busca Ativa na intenção de promover a inclusão social e econômica da população brasileira que vive em situação de pobreza extrema, desenvolvendo uma série de medidas com destaque para:

A realização de mutirões, campanhas, palestras e atividades socioeducativas; o cruzamento de bases de dados; a promoção de visitas domiciliares dos agentes de assistência técnica do Ministério de Desenvolvimento Agrário, dos técnicos do INCRA, dos agentes de saúde do Ministério da Saúde, dos agentes ambientais do Ministério do Meio Ambiente, entre outros; a realização de processos de qualificação dos gestores públicos dos três níveis de governo para o atendimento à população extremamente pobre (BRASIL, 2017 a, s/p).

A busca ativa é também uma estratégia muito usada no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Estas instituições usam a busca ativa para o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários destes espaços. A busca ativa é realizada para realização de cadastro no CadÚnico e atualizações do mesmo, quando há descumprimento das condicionalidades, criança ou adolescente que receba Benefício de Prestação Continuada (BPC) e esteja fora da escola, trabalho infantil entre outros.

Com isso, entende-se que a busca ativa é ferramenta de suma importância para o acesso das famílias mais vulneráveis da população brasileira, fazendo com que as mesmas possam acessar as políticas de assistência social no âmbito da saúde, transferência de renda e habitação. É através desse trabalho realizado pelas equipes de profissionais, entre eles os Assistentes Sociais, que se leva a informação de como estas famílias devem proceder para poder ter alcance ao mínimo necessário para a subsistência para a saída da condição de extrema pobreza em que se encontram.

O êxito na busca ativa se dá principalmente quando há uma articulação entre as equipes do CRAS, CadÚnico e PBF, facilitando à população em situação de vulnerabilidade social que encontram-se em condição de pobreza extrema e pobreza o acesso aos Programas do Governo Federal, bem como à Política de Assistência Social, estes que buscam erradicar a pobreza extrema no Brasil.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DO CADÚNICO

O presente capítulo tem o intuito de apresentar um breve relato sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, quais os seus objetivos e qual a importância da socialização de informações acerca do CadÚnico para o acesso às Políticas de Assistência Social no Brasil.

A Política Nacional de Assistência Social visa garantir a inserção das famílias e/ou indivíduos em situação de pobreza extrema ou pobreza nos programas de transferência de renda, estes que contribuem para o combate a fome e a miséria no Brasil. A forma de inserção das famílias e/ou indivíduos nos programas de transferência de renda como o PBF é através do CadÚnico do Governo Federal, e para que ocorra essa inserção é necessária a socialização de informações acerca dos direitos sociais dos cidadãos.

3.1 A Política Nacional de Assistência Social

Segundo o MDS (2008), a Política de Assistência Social, determina o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) para organizar, coordenar e executar os serviços de proteção básica da política de assistência social. Este que é um órgão estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Tem por objetivo ser uma referência local de assistência social e concretizar os direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando em rede as ações que previnem situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2008). O CRAS desenvolve atividades prioritariamente voltadas para as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família:

Idoso, Pessoas com Deficiência, Beneficiários do BPC; com a finalidade de assegurar condições mínimas para que esses sujeitos sociais desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social, a médio e em longo prazo. Tendo como pressuposto que a situação de exclusão social seja a condição objetiva que aumente a probabilidade de ocorrência de violação dos direitos sociais (SIMÕES, 2009, p. 315).

Na década de 1990, o advento do ideário neoliberal no Brasil significou, entre outras determinações, a configuração de uma nova forma de regulação social no campo das políticas sociais que manteve e mantém uma relação orgânica com as políticas de ajuste econômico impostas pelos organismos multilaterais de financiamento. O neoliberalismo ascendeu em meados dos anos 1960 com a crise estrutural do capital, com a finalidade de eximir a responsabilidade do Estado, que visava ampliar o acesso às políticas sociais, bem como preparar o Estado para um novo ciclo do capital. Ou seja, ressaltar a ampliação da economia com a finalidade de aprofundar seus esforços para a desestruturação do Estado de Bem Estar social que se consolidava hegemonicamente em países capitalistas centrais, bem como impedir a regulamentação do mesmo em países cujo capitalismo era considerado tardio, como no caso do Brasil.

Como destacam as reflexões de Behring e Boschetti (2011, p. 126), os neoliberais defendem uma sociedade onde “o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos”. Desta forma, é a partir da década de 1990 que as adesões dos governos no Brasil, seguindo a orientação neoliberal, passam a implementar a chamada Reforma Administrativa no Governo de FHC, que denominou-se reforma do Estado, chamado de ideologia de um Estado mínimo. A finalidade do desmonte dos direitos incide na política social com a chamada descentralização, privatização e focalização, que tem por objetivo diminuir ou minimizar a ação pública estatal quanto aos serviços ofertados pela política social pública, transferindo para prestação de serviços terceirizados, ou seja, instituições não estatais que é o terceiro setor.

Segundo Behring (2009), a mercantilização integral ou parcial dos serviços sociais é extremamente compatível com sociedade capitalista baseada na lógica do lucro, o que torna as políticas sociais minimalistas, orientadas pelo critério da seletividade e focalização que fomenta e induz as ações das políticas, por exemplo, as de transferência de renda, aos cidadãos comprovadamente pobres e/ou miseráveis. A política social deve ser reconhecida, segundo Behring (2009, p. 1), como “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital” [...]. Assim, uma política econômica restrita à esfera das finanças, que sacrifica as receitas do Estado em prol da elevação do superávit

primário implica na redução de investimentos nas políticas sociais, que nesta lógica passam a ser focalizadas, privatizadas, descentralizadas.

No Brasil, é após a Constituição Federal - CF de 1988 que surge a Política Pública de Assistência Social, onde passa a ser dever do Estado cumprir com os direitos sociais dos cidadãos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2011, p. 10).

A assistência social é regulada enquanto política pública com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no ano de 1993, que proclamava entre seus princípios a realização da política de assistência de forma integrada às outras políticas setoriais e a busca da universalização dos direitos sociais, a descentralização político-administrativa e a primazia da responsabilidade do Estado na condução desta política. Em 1993 a Assistência Social é organizada através da Lei Orgânica de Assistência Social, a qual dispõe em seu artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2017 b, p. 6).

Ficando prevista e organizada pelos seguintes objetivos no artigo 2º na LOAS, que traz a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e à velhice, garantir o amparo à crianças e adolescentes carentes. Prevê também a integração ao mercado de trabalho, bem como a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, promovendo a integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo mensal (Benefício de Prestação Continuada – BPC), este que se estende ao idoso que comprove não possuir meios para prover sua manutenção e de seu núcleo familiar. Finalizando sua formulação da seguinte forma:

Parágrafo único - A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Artigo 3º - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos (BRASIL, 2017 b, p. 7).

Nessa trajetória de transformações nas políticas sociais, em 2004 o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a participação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) elabora, aprova e torna pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), demonstrando intenção da construção e redesenho coletivo desta política, na concepção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Política Nacional de Assistência Social “ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social”. (BRASIL, 2004 b, p.11). O SUAS, a Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005, foi aprovada após onze anos de formulação e debate na área da assistência social, buscando a necessidade e a centralidade no processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social sob o amparo do Sistema Único em curso, que propõe:

Afiançar a proteção social, do campo socioassistencial, para os brasileiros e brasileiras que necessitam é uma decisão deste governo que deve se efetivar em um amplo e significativo processo participativo e democrático, integrando todos os setores que constroem a Política de Assistência Social: gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários, entidades parceiras e sociedade em geral (BRASIL, 2005, p.79).

Portanto, a PNAS está sempre voltada a atingir a universalização dos direitos sociais, visando à proteção social, onde estão inseridos neste conjunto chamado rede socioassistencial, os serviços, programas, projetos e benefícios, os quais são direcionados aos locais especializados para a realização do atendimento e que são divididos pelo nível de proteção específico (BRASIL, 2005). É nesta perspectiva que se baseiam os programas sociais de governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros.

O PBF trabalha em conjunto com o CRAS, pois é esta instituição que o usuário irá acessar para um primeiro atendimento, só após essa acolhida que o

mesmo será direcionado para a instituição à qual a demanda buscada se encaixa. No âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS, o atendimento será direcionado ao CRAS, o qual é territorializado conforme o porte do município (BRASIL, 2005). Este que irá disponibilizar atendimento para o acesso aos benefícios eventuais e de prestação continuada, entre outros. Na Proteção Social Especial entra o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que visa o atendimento a situações de risco ou violação de direitos, como crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, abuso sexual, entre outros.

O Brasil é considerado um país de muitas desigualdades sociais e com um índice elevado de pobreza, com esta finalidade que a Política de Assistência Social foi constituída para apenas uma parcela de pessoas que são submetidas a um filtro social, chamada também de entrevista social, que delimita suas condições sociais e políticas, tornando assim parte de um perfil de população que será beneficiada pelos programas da Política de Assistência Social. Nesse sentido, Yazbek (2014, p. 54) assegura:

Historicamente, a assistência social pública é o mais importante mecanismo pelo qual são estendidos aos segmentos mais pauperizados de uma classe serviços e recursos como creches, programas de profissionalização, programa de geração de renda, de moradia, de atendimento os direitos da criança, do adolescente, da maternidade, do idoso, da pessoa com deficiência, do homem de rua e de muitos outros.

A Política de Assistência Social abarca uma parcela da população para ser inserida no CadÚnico e assim avaliada pelo MDS. Mas, com tantos momentos de constrangimentos, que as famílias são submetidas a passar, é necessário que no mínimo existam profissionais comprometidos com a efetivação de direitos. A condição da própria política de ser seletivista, focalizada na extrema pobreza, a triagem, onde os usuários passam por testes dos meios de comprovação da extrema pobreza, são estes apenas alguns dos constrangimentos sofridos pela população que tem direito ao acesso das políticas de assistência social.

Os CRAS são espaços físicos onde se operacionalizam os serviços, programas e projetos para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Surgiram com a implantação do SUAS a nível nacional, no qual as antigas práticas socioassistenciais deram lugar às ações que têm por objetivo a

superação da pobreza e da miséria e a defesa intransigente dos direitos constitucionais fundamentais. Após esta implantação, o atendimento integral às famílias foi descentralizado e o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais foi facilitado devido à inserção das instituições (CRAS e CREAS) no contexto comunitário dos usuários, ou seja, no contexto territorial.

São dois os eixos estruturantes dos SUAS, assumidos como identitários para os CRAS: a territorialização (compreensão e conhecimento do território como fator determinante para apreender a historicidades das situações de vulnerabilidade social) e a matricialidade sociofamiliar (centralidade da família como núcleo fundamental para as ações da instituição). Quanto à assistência, com base na Constituição Federal de 1988 e na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993), a Assistência Social tem as seguintes diretrizes:

I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como as identidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio territoriais locais; II- Participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 1993, p.20).

Os serviços prestados nos CRAS foram implantados através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (Programa a nível nacional), onde constam ações referentes às informações e orientação sobre direitos e benefícios, inserção em serviços, programas, políticas e projetos, acompanhamento e acolhida. O PAIF também fortalece a rede socioassistencial prevendo encaminhamentos à outros serviços, conforme A necessidade. Os CRAS trabalham com os parâmetros do SUAS fortalecendo equipes de referência e mantendo o foco na Proteção Social Básica, articulada nas três esferas de governo e que propõe a prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A implantação dos CRAS deve ser nos locais de maior concentração das famílias em vulnerabilidade social, conforme parâmetros definidos pela NOB/SUAS (BRASIL, 2005) como: infraestrutura precária; crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, idosos e pessoas com deficiência cujas famílias possuem renda

até meio salário mínimo, desempregados, crianças e adolescentes em idade escolar que não frequentaram a escola, baixa escolaridade, mulheres chefes de famílias ou transgeracionalização da pobreza e também prezar por localidades onde as famílias possuem renda per capita mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo nacional. O território é delimitado através de mapeamento das famílias credenciadas ao CRAS e a NOB/SUAS (2005) estipula que cada município deve conter pelo menos um CRAS, devido à partilha dos recursos da União.

No município de São Borja, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, o primeiro CRAS foi fundado em agosto de 2005, vigorando em área central. Outras quatro representações desta instituição foram criadas entre 2005 e 2010, são eles os CRAS Paraboi, Arnaldo Matter, Passo e Leonel Brizola, já em 2017 são apenas três, CRAS Centro, CRAS Passo e CRAS Paraboi, tendo uma extensão do CRAS passo na vila Leonel Brizola. Enquanto uma instituição de Proteção Social Básica, o CRAS desenvolve, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2008).

Embora a sua consolidação quanto à garantia de direitos e efetivação dos mesmos aos seus usuários não seja, muitas vezes, garantido como precede seus parâmetros, mas é de suma relevância que todos os princípios sejam cumpridos para que os usuários em situação de vulnerabilidade social venham ser cidadãos dignos de direitos constituídos perante a lei vigente com equidade para que todos venham ser atendidos em suas diversas demandas.

3.2 A socialização de informações acerca do CadÚnico como ferramenta de acesso ao Programa Bolsa Família

O direito à informação está assegurado por lei na Constituição Federal de 1988, conforme o art. 5º, inciso XIV, “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 2011 a, p. 8). Conforme Mioto (2009, p. 5) “a socialização das informações está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania”. Portanto, a socialização de informações é componente fundamental para a viabilização de direitos, sendo uma ação de fortalecimento do

usuário para o acesso aos direitos e mudança de sua realidade. A referida autora ainda ressalta que o direito à informação não se restringe somente ao conhecimento dos direitos e o que está instituído legalmente nas políticas sociais

Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas (MIOTO, 2009, p. 6).

Nesse sentido, Mioto (2009) acresce que o direito à informação não está restringido somente ao acesso à informação, mas implica a compreensão das informações, esta que viabilizará seu exercício na vida cotidiana, portanto, entende-se que:

Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas (MIOTO, 2009, p. 6).

Conforme o MDS (BRASIL, 2015 b), para atingir êxito na ação de cadastramento e manutenção da qualidade das informações é fundamental haver a divulgação da ação a ser realizada, seja ela em mutirão, itinerante ou junto aos postos de cadastramento. Pois as famílias de baixa renda só poderão realizar a inscrição ou atualizar seus dados no CadÚnico sabendo o local e quando deverão se dirigir para realizar tal procedimento.

Isso requer que o município elabore estratégias de divulgação dessas informações. Podem ser utilizados variados meios de comunicação para que a divulgação seja eficaz: rádio, TV, jornal impresso, carro de som, informativos, cartazes fixados em escolas, postos de saúde, associações de bairro, pontos de ônibus (BRASIL, 2015 b, p. 30).

É de suma importância que durante a divulgação nos diferentes meios utilizados que seja informado às famílias a documentação necessária para a realização ou atualização do Cadastro Único, bem como a data e os locais de atendimento. Para a realização do Cadastro Único, o responsável familiar deverá apresentar CPF e Título de Eleitor, pois “estes documentos são importantes para garantir que não haja a multiplicidade de identificação de pessoas” (BRASIL, 2015 b, p. 31). Para os demais integrantes da família, o responsável familiar deve apresentar

pelo menos um desses documentos, CPF, RG, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Carteira de Trabalho ou o Registro Administrativo de Nascimento Indígena – RANI.

Somente os responsáveis pela Unidade Familiar de famílias indígenas e quilombolas são dispensados da obrigatoriedade de apresentar o CPF ou Título de Eleitor. Caso não possuam essa documentação, podem apresentar qualquer outro documento de identificação previsto no Formulário Principal (BRASIL, 2015 b, p. 31).

Segundo Pinto e Maurer (2014, p. 136), no recorte em estudo:

A cidade de São Borja é um município que faz parte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O devido município está localizado às margens do rio Uruguai, fazendo fronteira com a municipalidade argentina de Santo Tomé. Em relação à sua regionalização, São Borja faz parte da mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, conhecida como campanha ou pampa gaúcho. Está também inserida na chamada região histórica das Missões Jesuítico Guarani. A fundação de São Borja (1690) foi realizada pela migração de índios guaranis da antiga redução jesuítica de Santo Tome, acrescida de índios do pampa.

O referido município possui atualmente, segundo o IBGE (2017), população estimada em 2016 de 62.897 mil habitantes. No município de São Borja/RS são divulgadas¹ a realização e a manutenção dos cadastros no CadÚnico nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Estratégia de Saúde da Família - ESF, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD. Os serviços oferecidos nessas instituições, realizados de forma a configurar uma rede de serviços socioassistenciais, que contribui para que os usuários destes espaços e dos benefícios oferecidos estejam sempre atualizados junto aos seus cadastros e também possibilitando a inserção de novas famílias nos espaços sócio-ocupacionais e no CadÚnico.

As informações acerca do CadÚnico e Programa Bolsa Família também são socializadas através da mídia, como televisão, rádio e redes sociais. Esta que se faz

¹ Reflexões realizadas pela autora do presente trabalho, a qual realizou estágio curricular supervisionado em Serviço Social na Central de Cadastro Único - Gestão Programa Bolsa Família, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, município de São Borja/RS.

necessária para a inclusão e permanência das famílias em situação de extrema pobreza e pobreza nos programas de transferência de renda do Governo Federal.

No próximo capítulo será explanada a experiência vivida durante o processo de estágio, este que é requisito obrigatório para obter a graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

4 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO JUNTO À CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O presente capítulo tem o objetivo relatar a experiência de estágio da acadêmica no estágio curricular obrigatório em Serviço Social I e II, a partir do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, realizado na Central de Cadastro Único - CadÚnico e a gestão do Programa Bolsa Família - PBF, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, no município de São Borja. Sendo realizado o estágio I no período de 29 de setembro a 09 de dezembro de 2016, e o estágio II de 17 de março a 30 de junho de 2017.

Busca-se explicar de forma sucinta a realidade institucional e como o Serviço Social se insere e desenvolve sua prática profissional dentro da instituição, bem como será explanado, brevemente, a respeito do projeto de intervenção elaborado e implementado durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

Para o desenvolvimento do presente capítulo foram utilizados além de fontes bibliográficas, os documentos produzidos no processo de estágio, como o Projeto de Intervenção, Análise Institucional e Relatório Final de Estágio, bem como as observações desenvolvidas ao longo do processo de graduação em Serviço Social.

4.1 A realidade institucional no campo de estágio: o Serviço Social na Gestão do PBF

O Programa Bolsa Família está inserido na Central de Cadastro Único, esta fica localizada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), situada na Avenida Presidente Vargas, número 1429, Centro, no município de São Borja/RS.

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS) tem por objetivo a formulação e execução das políticas de assistência social como parte integrante do SUAS, possuindo apenas abrangência municipal, a qual compete formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Faz parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no âmbito da Proteção Social Básica, três CRAS. Na Proteção Social Especial um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Nos programas, projetos e serviços estão: o Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil - PETI, Programa Bolsa Família - PBF, Projeto Despertando Valores, Restaurante Popular, Casa de Acolhida e Centro Dia do Idoso.

A Central do CadÚnico está situada junto ao prédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em sala ampla com cinco guichês de atendimento equipados com cinco computadores e três impressoras, cadeiras para espera de atendimento, equipamento eletrônico de senhas, telefone para realização e recebimento de chamadas local, interurbano e para celulares. Também possui armários para o arquivamento dos documentos dos usuários do CadÚnico e Programa Bolsa Família. Conta nos recursos humanos com três colaboradores, sendo um profissional Assistente Social que, além de prestar atendimento ao público, realiza a gestão da instituição, e dois digitadores-entrevistadores que fazem o atendimento ao público, visitas domiciliares, digitação e arquivamento dos documentos necessários nos cadastramentos e atualizações do CadÚnico e Programa Bolsa Família.

O Serviço Social na instituição é inserido através das Políticas de Assistência Social, esta que é uma das políticas que compõe o tripé da Seguridade Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, as quais devem garantir os direitos de proteção básica, inclusão social, desenvolvimento de autonomia individual e coletiva. As famílias em situação de pobreza extrema e pobreza beneficiadas pelo programa são compreendidas na ótica deste trabalho, a partir de suas demandas reais como sujeitos de direitos. Entre os princípios fundamentais da profissão estão o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a eles inerentes, como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (BRASIL, 2012). O posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas sociais e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (BRASIL, 2012).

Ainda baseado no Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2012), é necessário que o profissional busque o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão as diferenças. Bem como a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o aprimoramento intelectual,

na perspectiva da competência profissional (BRASIL, 2012). Segundo Teixeira (2009):

[...] abrem-se as possibilidades ao seu ingresso no complexo campo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, planos, programas e projetos sociais, impondo a apropriação de conceitos e procedimentos para a atuação nesse largo e diversificado espectro de relações de gestão em âmbito institucional e não institucional (TEIXEIRA, 2009, p.01).

Segundo o Manual de Gestão do PBF (BRASIL, 2015 a), o trabalho que o assistente social desempenha na gestão do mesmo dá-se através de relatórios bimestrais da frequência escolar, condicionalidade para obter o benefício, visitas domiciliares para a atualização e comprovação na necessidade do recebimento do benefício, acompanhamento do Sistema de Informações dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC. Este sistema libera recursos para serem trabalhados nos serviços de convivência no CRAS, o qual deve ser alimentado no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, trimestralmente.

É de suma importância a intervenção do Assistente Social na execução das políticas. Nessa direção, vem reafirmar que a atuação do Assistente Social “é uma expressão especializada da prática social e se insere na dinâmica contraditória das relações sociais” (SPOSATI, 1992, p. 39). O profissional Assistente Social atua nessa perspectiva ao mesmo tempo em que em sua formação busca compreender e mediar direitos para os sujeitos sociais. Segundo Teixeira (2009), traz em seu texto sobre as estratégias na gestão das políticas públicas é importante compreender:

Sabe-se que a categoria “estratégia”, além de conferir um sentido político para a gestão pública e para o planejamento, resgata a noção de combate. A partir dela, pode-se reconhecer as instituições como trincheiras específicas de luta, naturalmente, com mediações. Evidentemente, há muito a combater: a desinformação, o preconceito, o obscurantismo, a injustiça, a amoralidade, a violência, a fome, a miséria, a doença, a desigualdade, o racismo e o desemprego. As instituições têm um papel significativo nessa luta. Se estamos num combate, queremos o êxito, queremos envolvimento, queremos compromisso (Teixeira, 2009, p. 06 – 07).

A assistente social da Gestão do PBF deve elaborar relatórios que têm por finalidade medir a eficiência da gestão atual, os quais são utilizados para o cálculo no montante determinado para o município. O profissional utiliza-se de instrumentais como a entrevista, o relatório social, laudo social e parecer social. O assistente

social como profissional comprometido com a garantia de direitos aos cidadãos que deles necessitam, e também estar em constante aperfeiçoamento de conhecimentos e facilitando todo e qualquer acesso a estas informações, esclarecendo as dúvidas dos usuários que vierem a surgir em meio a sua atuação profissional. O Código de Ética do Assistente Social prevê em seu artigo 8º o dever que o profissional possui

A - programar, administrar, executar e repassar os serviços assegurados institucionalmente; b- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através de programas e políticas sociais; c- contribuir para a correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais; e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as (BRASIL 2012, p. 31).

A população usuária que é atendida pelo/a profissional assistente social envolve famílias em situação de pobreza extrema e pobreza. A grande variável nos atendimentos é o ciclo geracional dos beneficiários, entre eles, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, gestantes e nutrizes. O que mais está presente na realidade destas famílias é um número considerável de componentes familiares e também a ausência de vínculos empregatícios, além da baixa escolaridade, resultando em uma renda per capita extremamente baixa. Baseado na aproximação com a instituição e as demandas que se apresentaram durante o processo de estágio pôde-se observar que existem múltiplas expressões da questão social, as que mais se expressam no cotidiano do PBF são o desemprego, a miséria, a fome e a pobreza, estas que são geradas pelas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, consequências do modo de produção capitalista.

Constatando-se a partir das leituras e vivência cotidiana na Central do CadÚnico, na gestão do PBF, que a construção de uma sociedade mais justa, com liberdade e equidade exige que as propostas de ruptura e transição para patamares de vida digna de grande parcela da população se fundamentem em ações e programas que direcionem para promover a transformação. Isso porque propostas pulverizadas, clientelistas e residuais dispensadas ao enfrentamento das expressões da questão social têm apenas contribuído para a sua progressão, provocando, conseqüentemente, o processo de efetivação da pobreza. A construção de projetos que gerem a produção de renda para essas famílias e que assim possam sair da situação de dependência dos programas de assistência do governo. Frente a estas

situações de expressões da questão social, lamamoto (2012, p. 28) ressalta que os assistentes sociais:

Trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdades e também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Assim, como os cidadãos, o assistente social é parte integrante deste processo do modo de produção capitalista, pois este profissional vende a sua força de trabalho para poder garantir a sua subsistência. Então, este profissional está constantemente na luta entre a resistência e a rebeldia, pois ao mesmo tempo em que ele vivencia as desigualdades ele tem que trabalhar com elas em seu cotidiano.

4.2 Projeto de Intervenção: a informação como instrumento de acesso e permanência no Programa Bolsa Família

O projeto de intervenção intitulado “O direito de informação aos usuários do Programa Bolsa Família” teve como proposta dar visibilidade aos usuários e beneficiários do CadÚnico e do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as condicionalidades, tempo de permanência, enfim, como funcionavam esses Programas do Governo Federal. Este que foi pensado e elaborado durante o período de estágio supervisionado obrigatório I e implementado no estágio II.

O interesse neste projeto de intervenção surgiu no decorrer do estágio supervisionado em Serviço Social I, durante a observação das demandas diárias na instituição, onde a estagiária se deparou com um número elevado de cadastros sem a atualização de dados socioeconômicos comprovados pelos usuários, esta que é condicionalidade exigida para PBF e para o CadÚnico. Após analisar esses dados, a acadêmica de Serviço Social buscou junto a sua supervisora de campo respostas para suas análises, estas que levaram a estagiária a pensar em um projeto de intervenção que levasse ao público alvo a socialização de informações acerca da

importância da atualização de dados do CadÚnico para que seja garantida a permanência das famílias no programa, já que a referida atualização é uma exigência a fim de que as mesmas continuem como beneficiárias.

Concomitantemente, a estagiária percebeu a fragilidade de informações dos usuários que se apresentam junto à instituição, onde eles só terão acesso às informações caso alguém que já seja beneficiário lhe indique a procura pelo mesmo e em alguns casos pela televisão ou rádio. Não há um trabalho junto à Central do CadÚnico de São Borja/RS de divulgação de acesso ao direito do recebimento do Bolsa Família tentar atingir a população a que tem direito, bem como para a permanência das famílias que já são beneficiárias.

Portanto, é a partir da observação das demandas diárias da instituição e também na identificação das múltiplas expressões da questão social, as quais são geradas pelas desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, raciais, de gênero, que são consequência do modo de produção capitalista. Fazem parte destas a precarização do trabalho, trabalho informal, renda *per capita* muito baixa habitação precária, falta de saneamento básico, dentre outras.

Após a análise e a identificação das demandas entre elas a falta de atualização voluntária do CadÚnico, principalmente no Complexo Habitacional Condomínio Maria Cristina que possui 360 apartamentos, os quais são destinados às famílias com renda de até três salários mínimos através do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Através da observação durante as visitas domiciliares que a estagiária pode perceber mais claramente o déficit de clareza nas informações que os usuários possuem sobre o benefício do PBF. Foram realizadas apenas oito visitas domiciliares, acompanhadas ou pela Assistente Social gestora do PBF ou pelos entrevistadores devidamente capacitados para a realização das mesmas.

A principal dúvida entre os usuários é de que este programa é apenas um complemento de renda temporário e não permanente. Desta observação surgiu o interesse em constituir um projeto de intervenção voltado para o esclarecimento das demandas postas no cotidiano dos profissionais que fazem parte da equipe de gestão do Programa Bolsa Família. Sendo o campo de atuação deste projeto de intervenção ora proposto, o direito à informação dos usuários sobre os programas sociais do Governo Federal através do CadÚnico, bem como as condicionalidades de permanência nos mesmos, em especial o Programa Bolsa Família - PBF.

Este projeto tem como objetivos específicos: acolher os usuários acerca das informações, possibilitando a construção de vínculos entre estagiária e usuários dos programas de transferência de renda; promover diálogo com os usuários no intuito de coletar as dúvidas e anseios sobre o CadÚnico e assim procurar esclarecer as dúvidas indicadas pelos mesmos.

A importância deste projeto consistiu em contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social, pois ao ser informado sobre os seus direitos o cidadão poderá ter acesso a uma renda, podendo assim contribuir com que ele supere a situação de extrema pobreza, por exemplo, e também poderá minimizar as vulnerabilidades sociais mais recorrentes nesta parcela da sociedade. Conseqüentemente, foi criado o Projeto de Intervenção, o qual levaria a socialização de informação junto aos moradores do Condomínio Maria Cristina. Este projeto visou ressaltar a importância do CadÚnico, já que muitos dos usuários que recebem benefícios não sabem da necessidade da atualização cadastral, esta que deve ser feita a cada dois anos, salvo alguma alteração no núcleo familiar como troca de endereço, nascimento ou morte entre outros.

A implementação do projeto de intervenção ocorreu durante o processo de estágio II, o qual busca de forma prática e clara oferecer a informação aos usuários acerca do direito ao acesso ao Programa Bolsa Família. Foram previstas para a implementação do referido projeto de intervenção a realização de palestras informativas, com reunião de grupo de moradores, levando aos usuários as informações necessárias para a solução de suas dúvidas sobre o PBF e CADÚnico, pois é para isso que o Serviço Social se faz presente, para garantir o acesso aos direitos dos seus usuários.

Para se chegar à realização de reuniões coletivas com os moradores do Complexo Residencial Maria Cristina foram necessárias reuniões individuais com o síndico do referido complexo, bem como desses encontros foram confeccionados cartazes e panfletos para a divulgação e convocação dos moradores para a reunião que seria realizada, a fim de levar as informações necessárias para sanar as dúvidas dos usuários que estavam inseridos no Programa Bolsa Família e os que ainda não tiveram acesso ao mesmo. Este trabalho foi realizado no Complexo Habitacional Residencial Maria Cristina por este local não estar com as atualizações do CadÚnico em dia, pois por ser uma área beneficiada pelo Programa Minha Casa

Minha Vida, do Governo Federal, este que possui requisito fundamental estar cadastrado no CadÚnico e realizar as atualizações no prazo exigido.

Para conseguir a autorização para a realização do referido projeto de intervenção no local acima citado, foram necessários vários contatos com o síndico, via telefonemas, diálogos, visitas ao complexo, totalizando entre estes nove tentativas até a obtenção da participação da acadêmica e da supervisora de campo na reunião de condomínio do referido complexo para se obter a aceitação da implementação deste projeto de intervenção.

Depois da participação na reunião de condomínio, no dia 28 de abril de 2017, com participação aproximada de noventa moradores, onde houve a aceitação dos moradores, foi exigido um termo que comprovasse que era um projeto de intervenção de estágio obrigatório para a graduação em Serviço Social realizado na UNIPAMPA.

Após a entrega do termo de declaração atestando que a estagiária era aluna da UNIPAMPA, esta declaração foi elaborada e assinada pela então coordenadora de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, professora Dr.^a Jaqueline Quadrado. Então, no dia 23 de maio de 2017 houve a realização de um encontro com o objetivo de descobrir quais as dúvidas sobre o CadÚnico e o PBF, onde foi realizada uma palestra pela Assistente Social do Programa Bolsa Família que esclareceu sobre a necessidade de atualização do Cadastro Único para a continuidade do recebimento do benefício, bem como ao acesso de outros programas que fazem parte do CadÚnico. Compareceram nesta primeira reunião apenas 18 moradores, ou seja, apenas 5% das 360 famílias moradoras do Complexo Habitacional Maria Cristina.

Foi realizado um segundo encontro no Complexo Habitacional Maria Cristina para dar continuidade no processo de implementação do projeto de intervenção, no dia 30 de maio de 2017, sendo este o último, pois a estagiária e a supervisora acadêmica foram convidadas a se retirar do local por alguns moradores que estavam apreensivos com a aproximação de um funcionário da Prefeitura Municipal de São Borja/RS. Neste sentido, há discussões de que algumas famílias poderiam estar em situação irregular, pois para obter um apartamento no residencial Maria Cristina é necessário ter renda de até três salários e estar cadastrado no CadÚnico.

Também há outras discussões de que algumas famílias que adquiriram o imóvel pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida poderiam ter vendido o

imóvel, o que é prática proibida, supõe-se que seja este o motivo que gerou a apreensão por parte dos moradores em aceitar a implementação do projeto de intervenção. Portanto, o referido projeto de intervenção alcançou parcialmente o êxito almejado pela estagiária, mesmo conhecendo a instrumentalidade como propriedade ou capacidade de mediação para o acesso aos direitos sociais. Segundo Guerra (2014, p. 2):

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

O profissional Assistente Social utiliza-se dessas instrumentalidades em seu cotidiano profissional com suas atividades prática-reflexivas, alcançam suas finalidades criando meios adequados e condições para a realização de seu trabalho. Este projeto teve relevância no processo de graduação da acadêmica inserida no campo de estágio supervisionado, pois é através da realização do Projeto de Intervenção que o mesmo irá se apropriar de conhecimentos práticos da atuação do profissional Assistente Social, bem como articular com a teoria a qual alcançou no trajeto histórico da graduação até o momento do estágio obrigatório.

A relevância social do referido Projeto de Intervenção consistiu em proporcionar um número maior de acesso ao Programa Bolsa Família por usuários que ainda não tem o conhecimento sobre o Cadastro Único, bem como a necessidade de atualização a cada dois anos para quem já está cadastrado e com isso não perca o benefício recebido e nem o direito de participar de outros programas sociais vinculados ao CadÚnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso descreveu brevemente a trajetória histórica dos programas de transferência condicionada de renda, como o Programa Bolsa Família, suas condicionalidades e a socialização de informações acerca do CadÚnico, este que é a ferramenta de acesso aos programas sociais. A pobreza extrema e a pobreza são a focalização destes programas de transferência de renda, os quais buscam a erradicação desses fenômenos no Brasil, o que possui limitações, já que muitas famílias não tem acesso à informação acerca de como acessar os mesmos. O CadÚnico é uma ferramenta imprescindível para o acesso aos programas sociais, os quais possuem condicionalidades, fazendo com que as famílias mantenham seus filhos na escola, tenham as vacinas em dia, ampliem o cuidado da saúde do núcleo familiar e da educação das crianças e adolescentes.

Foi através da experiência de estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social, onde ocorreu a aproximação da acadêmica com a realidade cotidiana de atuação do profissional assistente social, que se percebeu a falta de informação dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família, fazendo com que não haja a atualização de dados da família cadastrada, a qual é necessária para o recebimento e permanência no programa.

Após ser pensado e elaborado um projeto de intervenção que buscasse contemplar a socialização de informações, o qual iria gerar um aumento de famílias beneficiadas, bem como manter atualizados os dados cadastrais dos usuários do CadÚnico. O objetivo geral do projeto de intervenção era realizar reuniões no Condomínio Maria Cristina para esclarecer as demandas sobre o direito à informação dos usuários sobre os programas sociais do CadÚnico, em especial o Programa Bolsa Família. Tinha como meta realizar quatro encontros quinzenais para o esclarecimento de dúvidas acerca das condicionalidades do CadÚnico e do PBF. O projeto de intervenção atingiu parcialmente o propósito almejado, pois foi realizada apenas uma reunião das quatro que foram propostas no referido projeto, mas, contemplou a estagiária com o conhecimento necessário sobre como as demandas devem ser desveladas diante das atribuições do assistente social no âmbito da gestão do Programa Bolsa Família.

Então, é possível perceber os desafios enfrentados no cotidiano do profissional assistente social e como este deve criar estratégias para contemplar as

demandas que chegam à instituição na qual os mesmos estão inseridos, não podendo deixar de lado o Código de Ética Profissional, bem como o conhecimento acerca da Política de Assistência Social. O profissional Assistente Social na gestão do Programa Bolsa Família é responsável pela etapa inicial, como por exemplo, a acolhida, orientação, atendimento individualizado do indivíduo, visitas domiciliares, busca ativa no território, planejamento e implementação de atividades a serem desenvolvidas. Com a Constituição Federal de 1988 e com a promulgação da LOAS em 1993, de fato, contribuiu-se para diferenciar a profissão de Assistente Social. Nesse contexto social, a profissão busca articulação no intuito da efetivação de direitos previstos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

A reflexão da acadêmica acerca da condicionalidade de renda per capita para a inserção no Programa Bolsa Família é de que esta condicionalidade ao mesmo tempo em que inclui, é excludente, pois o valor que define a condição de pobreza extrema e pobreza é irrisório comparado à realidade econômica em que estamos inseridos.

Portanto, os programas de transferência de renda mínima são necessários para enfrentar a fome e a pobreza extrema e pobreza, mas o melhor seria criar estratégias de geração de empregos e renda para a população na situação acima citada. Ao final do presente estudo é possível elucidar que a socialização de informações – seja por meio de reuniões ou mobilizações nos territórios – a respeito do CadÚnico, pode se constituir como uma importante ferramenta para a viabilização do acesso e da permanência ao Programa Bolsa Família e demais programas sociais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993.

BRASIL. 2001 a. **Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001**. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em 09 out. 2017.

BRASIL. 2001 b. **Medida Provisória nº 2.206-1 de 6 de setembro de 2001**. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2206-1.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. 2002 a. **Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002**. Programa Auxílio-Gás. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4102.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. 2002 b. **Programa alimentação saudável: bolsa-alimentação**. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. 2004 a. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. 2004 b. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **CapacitaSuas volume 1 (2008)** – SUAS: configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1. ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas nº 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

_____. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012.

_____. 2015 a. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Disponível em: <ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. 2015 b. **Manual de Gestão do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_unico.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. 2017 a. **Busca Ativa**. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>>. Acesso em 14 out. 2017.

_____. 2017 b. **LOAS anotada** – Lei Orgânica da Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Loas_Anotada.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. 2017 c. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 07 nov. 2017.

CARDOSO, A. M. E. **Projeto de Intervenção**. São Borja: UNIPAMPA, 2017.

_____. **Relatório Final de Estágio**. São Borja: UNIPAMPA, 2017.

_____. **Análise Institucional**. São Borja: UNIPAMPA, 2017.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUILHERME, R. C. **Renda mínima de inserção e transferência condicionada de renda: as (a) simetrias entre União Europeia e MERCOSUL**. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8378>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGRO, A. F. N. **A nova roupagem do controle e manutenção da pobreza: os programas de transferência condicionada de renda na América Latina**. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2012. Disponível em: <repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/.../000445017-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em 26 Nov. 2017.

MARX, K. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1974.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MIOTO, R. C.T. Estudos socioeconômicos. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PINTO, M.; MAURER, R. Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina. **Revista Eure**, Santiago, v. 40, n. 120, p. 135-158, maio, 2014.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 14-26. 2007.

_____. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____; YAZBECK, M. C.; GIOVANNI, G. D. **A política social brasileira no século XX: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. O. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TÜRCK, M. G. M. G. **Serviço Social – os processos de trabalho dos assistentes sociais na elaboração da documentação: implementação e aplicabilidade**. Caderno Graturck. Porto Alegre: Graturck, 2012.

WACHOWICZ, A. L. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 2, n. 3, p. 45-53, jan./jun. 2001.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.